

REPRODUÇÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DOMICILIAR: INTERSECÇÕES ENTRE SAÚDE,
TRABALHO E AMBIENTE NO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE

SOCIAL REPRODUCTION AND HOME-BASED PRODUCTION: INTERSECTIONS BETWEEN
HEALTH, WORK, AND ENVIRONMENT IN THE CLOTHING HUB OF THE AGRESTE

Janine Magaly Arruda Tavares

Instituto Federal de Pernambuco, Caruaru, PE, Brasil
janine.tavares@caruaru.ifpe.edu.br

Solange Laurentino dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Médicas, Recife, PE, Brasil
solange.lsantos@ufpe.br

RESUMO

A complexidade dos cenários contemporâneos no mundo do trabalho é intensificada por determinações sociais e ambientais que aprofundam iniquidades e invisibilizam vulnerabilidades. Este artigo objetiva analisar situações de vulnerabilização e processos de reprodução social da saúde de trabalhadoras e trabalhadores que realizam atividades domiciliares no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, se fundamenta no modelo de reprodução social da saúde proposto por Juan Samaja, considerando as dimensões biocomunal, da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, ecológica e política. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, envolvendo profissionais do setor de confecções que desenvolvem atividades produtivas no ambiente domiciliar. Os resultados evidenciam transformações socioambientais com repercussões sobre a vida social, econômica e política da comunidade. Identificou-se uma situação de superexploração da força de trabalho, pela informalidade e múltiplas formas de terceirização e subcontratação, associadas à baixa qualificação e à prolongada jornada laboral, que ultrapassa o setor de confecção e inclui o acúmulo de tarefas domésticas, sobretudo entre mulheres. Existem vulnerabilizações significativas nos processos de reprodução social, conformando modos de vida marcados pela precariedade. O estudo reforça a necessidade de políticas efetivas para proteção da saúde e de vida das pessoas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Vigilância em Saúde do Trabalhador. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

The complexity of contemporary scenarios in the world of work is intensified by social and environmental determinants that deepen inequities and render vulnerabilities invisible. This article aims to analyze situations of vulnerability and the processes of social reproduction of health among workers who perform home-based activities in the Garment Production Cluster of the Agreste region of Pernambuco. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study grounded in the social reproduction of health model proposed by Juan Samaja, considering the biocommunal, self-awareness and conduct, techno-economic, ecological, and political dimensions. Semi-structured interviews were conducted with professionals in the garment sector who carry out productive activities in their home environment. The results reveal socio-environmental transformations with repercussions on the community's social, economic, and political life. A situation of overexploitation of labor power was identified, driven by informality and multiple forms of outsourcing and subcontracting, associated with low levels of qualification and extended working hours. These working hours extend beyond the garment sector and include the accumulation of domestic tasks, especially among women. Significant vulnerabilities were observed in the processes of social reproduction, shaping ways of life marked by precariousness. The study reinforces the need for effective policies to protect people's health and living conditions.

Keywords: Sustainable Development. Occupational Health Surveillance. Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O contexto do trabalho vem sendo impactado pela globalização acelerada, marcada por uma crescente maleabilidade nas relações laborais. Entre as características mais relevantes dessa transição destacam-se as inovações tecnológicas e a expansão da informalidade, que se consolidam como aspectos centrais na determinação social da saúde, com impactos diretos nos processos de adoecimento. Outras mudanças significativas nas dinâmicas do trabalho referem-se aos processos migratórios, impulsionados por transformações demográficas decorrentes de múltiplos fatores econômicos, sociais e políticos (Burdorf; Fernandes; Robroek, 2023).

Nas últimas décadas, a intensificação das dinâmicas neoliberais e os processos de reestruturação produtiva têm provocado transformações significativas no mundo do trabalho, a exemplo da flexibilização das relações trabalhistas, desregulamentação dos direitos e descentralização das atividades produtivas. Nesse contexto, observa-se um retorno do modelo fabril clássico, enquanto o ambiente domiciliar, historicamente marcado pela inviabilização do trabalho, passa a ser mais fortemente incorporado como extensão dos espaços produtivos, aprofundando formas de exploração e de ocultamento das relações laborais, com graves implicações sociais para a classe trabalhadora (Antunes, 2022; Lima, 2024).

Nesse cenário, compreender as relações entre trabalho, ambiente e saúde é fundamental. Determinar o estado de saúde de uma população envolve não apenas o ambiente, mas também fatores “genéticos, sociais, econômicos, comportamentais dos indivíduos”. A saúde, a ecologia e as questões ambientais são amplas e vão além dos efeitos da contaminação ambiental, envolvendo a prevenção e a busca por condições de vida mais favoráveis, integrando as dimensões físicas, mentais e ambientais (Augusto, 2011, p. 164; Augusto *et al.*, 2024).

A complexidade dos estudos em saúde demanda a inter-relação de múltiplas disciplinas e enfoques. Os processos de reprodução social se estruturam em quatro dimensões: a biológica, que envolve os processos celulares, orgânicos e biossociais; a da consciência e conduta, ligada à socialização no âmbito familiar e comunitário; a econômico-social, relacionada à produção, distribuição e trocas na sociedade civil; e a ecológico-política, que abrange as relações entre sociedade, meio ambiente e Estados em diferentes níveis (Samaja, 2000).

Nessa perspectiva, o pensamento político precisa compreender novas visões de natureza, advindas do desenvolvimento do materialismo e da ciência, que transformam os modos de pensar. O mundo está passando por uma emergência ambiental que expõe as raízes do sistema capitalista, fortemente imbricadas com a sociedade, daí decorrendo a necessidade de minimizar os impactos desse sistema, retomando Marx, quando este afirmava que a revolução do tempo viria com uma sociedade mais ecológica (Foster, 2000, 2011).

A reflexão sobre as relações entre a sociedade e a natureza compreende que tudo aquilo que é socialmente construído pode ser transformado, logo, seria possível construir relações harmônicas entre o ser humano e o meio ambiente, bem como modos de vida mais equânimes (Carregosa; Silva; Kunhavalik, 2014). Os impactos ambientais podem gerar consequências graves para a saúde humana, envolvendo fatores como condições de vida, desigualdade social, exclusão e marginalização, que atingem as populações brasileira e mundial (Rattner, 2009).

A perspectiva interdisciplinar traz um direcionamento aberto a diferentes saberes e práticas, pauta-se em uma visão ampla e pressupõe uma postura nova diante do problema do conhecimento, trazendo um entendimento integralizador e não fragmentado do ser humano. No campo da saúde, essa abordagem revela a necessidade de envolver diversas perspectivas a fim de dar conta da complexidade dos fenômenos envolvidos, e, nesse sentido, a ampliação de saberes possibilita um olhar diversificado sobre os problemas (Augusto *et al.*, 2024).

A partir dessa base conceitual, é possível direcionar o debate para setores específicos. Além disso, é importante salientar que existe uma relação direta entre os impactos ambientais e a produção das indústrias da confecção, destacando que essa atividade é considerada a segunda mais poluente do mundo, ficando atrás apenas da indústria petrolífera. O setor têxtil contribui significativamente para os danos ambientais, seja pelo alto consumo de recursos naturais, seja pela geração de resíduos ou pela emissão de substâncias poluentes no contexto da cadeia produtiva (Masiero, 2020).

No que diz respeito às relações entre ambiente e trabalho, Mendes (2013) descreve círculos concêntricos que se expandem para o meio ambiente ampliado conforme aumenta a nocividade do trabalho, estendendo-se para a família, a comunidade e o entorno, podendo, assim, atingir grupos

populacionais não diretamente expostos às condições laborais. Ou seja, a extensão da nocividade originada pelos processos produtivos não se limita aos trabalhadores envolvidos na atividade.

Embora a literatura sobre a produção têxtil seja ampla, poucos estudos abordam de forma aprofundada as condições de trabalho de costureiras, costureiros e tiradores de pelo que atuam em domicílio. Apesar da relevância econômica desse setor, ainda há escassez de pesquisas que analisem os impactos sobre a saúde desses trabalhadores, de suas famílias e do próprio ambiente doméstico (Silpasuwan *et al.* 2016). Entre os riscos identificados destacam-se a exposição contínua a partículas têxteis, o ruído e os acidentes, que afetam não apenas os trabalhadores, mas também outras pessoas que compartilham o espaço, especialmente crianças e idosos, que são grupos mais vulneráveis.

O dinamismo econômico do Agreste pernambucano reflete transformações profundas associadas ao declínio histórico da agricultura local, processo fortemente condicionado por fatores ambientais. Diante desse enfraquecimento do setor primário, a atividade de confecção consolidou-se como alternativa produtiva e estratégica para a região, destacando-se por demandar baixo investimento inicial e exigir reduzida qualificação profissional. Tal rearranjo econômico possibilitou novas formas de inserção laboral e geração de renda, ainda que sustentado em práticas marcadas pela precarização. O crescimento do setor se apoiou, sobretudo, na utilização intensiva da força de trabalho familiar e doméstica, frequentemente inserida em condições informais, com ausência de regulação trabalhista, jornadas extensas e sonegações de impostos (Sá, 2018).

Na base da pirâmide socioespacial do aglomerado produtivo de confecções de Pernambuco estão as costureiras autônomas e os tiradores de pelos, que realizam suas atividades produtivas em espaços domiciliares. Apesar de sua relevância para a cadeia produtiva, esse grupo é o menos contemplado por políticas públicas que garantam os direitos à vida e ao trabalho. Por se tratar de uma atividade laboral precarizada, diferentes grupos se aproximam desses espaços em busca de maiores lucros, submetendo esses trabalhadores a subcontratações precárias (Lira, 2011).

O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco é um local em que se observam diversas vulnerabilidades socioambientais que podem afetar a saúde dos trabalhadores que atuam no setor. Tais impactos devem ser compreendidos considerando as dimensões biológica, comportamental, ecológica, política e econômica no ambiente produtivo. O processo de adoecimento desses trabalhadores constitui, portanto, uma importante questão de saúde pública, devendo ser analisado a partir do conhecimento da realidade socio-sanitária local, que permite identificar as vulnerabilidades da saúde do trabalhador com base em uma visão interna do cotidiano do processo produtivo do Polo de Confeções, dada a complexidade envolvida nesse ambiente produtivo.

Diante desse contexto, questiona-se: quais vulnerabilizações vivenciadas por trabalhadoras e trabalhadores do Polo de Confeções podem ser compreendidas a partir do enfoque da reprodução social, considerando a complexidade das dimensões biológica, tecnoeconômica, da autoconsciência e conduta, ecológica e política? Nesse cenário da confecção, é essencial analisar as situações de vulnerabilizações e os processos de reprodução social da saúde de trabalhadoras e trabalhadores que realizam atividades domiciliares no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. A incorporação do conceito de reprodução social, articulado às diversas dimensões, permite aprofundar cientificamente a análise das múltiplas questões envolvidas nesse processo de trabalho.

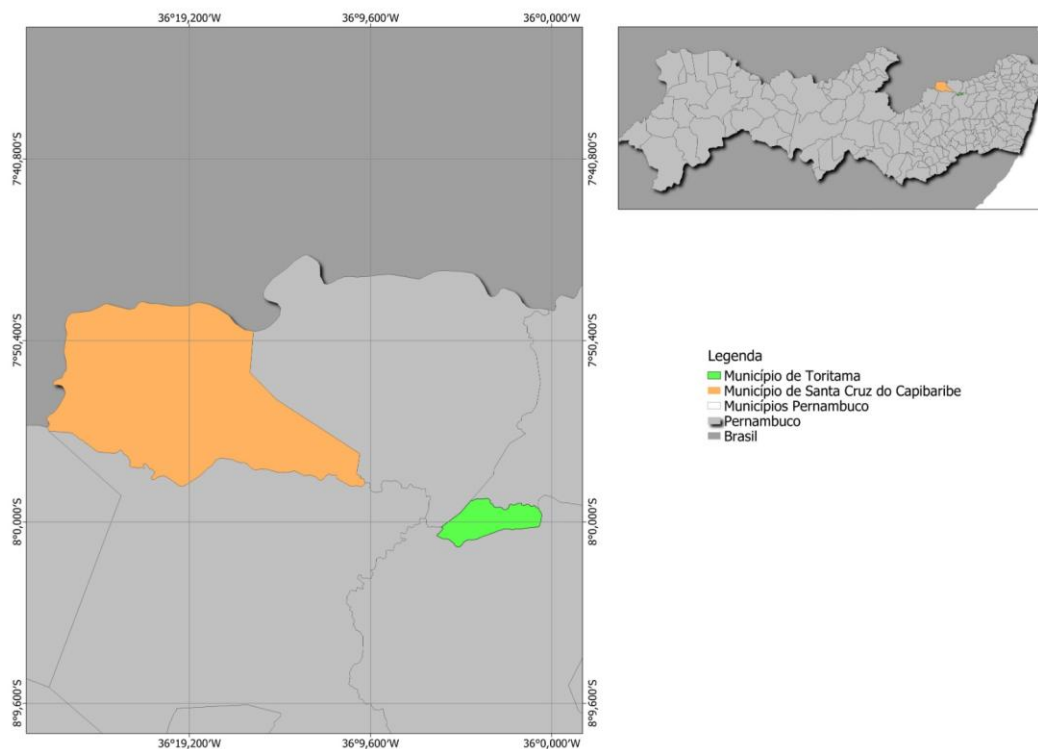
MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, fundamenta-se na categoria analítica da reprodução social da saúde proposto por Juan Samaja. A análise dos resultados foi construída a partir de sua obra *A Reprodução Social e a Saúde*, bem como de suas contribuições epistemológicas, presentes em *Epistemología y Metodología: elementos para una teoría de la investigación científica*, permitindo uma abordagem complexa dos fenômenos de saúde e adoecimento e de sua interligação com as respostas sociais (Samaja, 2000; 2016).

A área de estudo compreende os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (Figura 1), localizados no Agreste pernambucano e integrantes do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. Segundo dados IBGE, a população estimada de Santa Cruz é de 111.812 habitantes e a área do município é de 335,309 km²; por sua vez, Toritama tem população estimada de 47.088 pessoas e 25,704 km² de área territorial (IBGE, 2021a, 2021b). A seleção dos territórios apoiou-se em dois critérios principais: a inserção geográfica na região do polo de confecções e a diversidade nos modos de organização produtiva. Santa Cruz do Capibaribe se destaca pela produção de malharia,

enquanto Toritama tem destaque pela produção de jeans, evidenciando dinâmicas distintas no interior de um mesmo arranjo produtivo regional.

Figura 1 – Mapa da localização geográfica dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Toritama (PE), 2026



Fonte: Belchior (2026), especificamente para este trabalho.

O período de coleta de dados compreendeu os meses de outubro de 2023 a março de 2024. Foram selecionadas para o estudo 40 trabalhadoras e trabalhadores que realizam a atividade produtiva da costura e do acabamento (tirar pelo), sendo 20 de Toritama e 20 de Santa Cruz do Capibaribe, abrangendo as zonas urbanas e rurais. A seleção dos participantes baseou-se nos cadastros do Departamento de Vigilância em Saúde e na Atenção Básica, respeitando os critérios de inclusão e exclusão definidos para a pesquisa. A busca ativa foi realizada com o apoio das equipes de Vigilância em Saúde e da Estratégia Saúde da Família (ESF) dos municípios.

A pesquisa desenvolveu-se em duas etapas iniciais. Na primeira etapa, a observação exploratória espontânea e sistemática da cadeia produtiva da confecção, abrangendo domicílios, empresas, lojas, o Moda Center, o Parque das Feiras e o Museu da Sulanca. Essa etapa permitiu elaborar um diagnóstico situacional inicial e organizar de forma mais consistente o trabalho para a fase seguinte, sendo todos os registros anotados em diário de campo.

Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas presenciais, gravadas e sistematizadas, que contemplaram questões de caracterização do(a) participante e de sua ocupação, além de relatos sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Em seguida, por meio de perguntas abertas, foram explorados os conceitos de saúde e qualidade de vida no trabalho, a rotina pessoal e laboral, os processos de aperfeiçoamento, os ganhos da produção e a divisão de tarefas. Também foram abordados temas relacionados aos resíduos, às políticas de assistência aos trabalhadores da confecção e aos planos futuros.

Para a análise qualitativa, adotou-se a análise de conteúdo, com ênfase nas dimensões da reprodução social: biocomunal, da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, ecológica e política. A dimensão ecológico-política, proposta por Samaja, foi desdobrada seguindo procedimento similar ao adotado por Medeiros *et al.* (2022) para melhor captar as especificidades do setor da confecção,

em que os impactos ambientais e políticos se manifestam de forma distinta. O material empírico, constituído pelas transcrições das entrevistas, foi sistematizado conforme as orientações metodológicas de Bardin (2016).

Para auxiliar na análise dos dados textuais coletados, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) do software ATLAS.ti Desktop (versão 25.0.1.32924). O uso da IA nesta pesquisa teve o objetivo de ser uma ferramenta de apoio, utilizada de forma exploratória e complementar, com foco na codificação e categorização dos elementos. Dessa forma, a análise das entrevistas no ATLAS.ti resultou em 1.160 citações, as quais foram organizadas em 88 códigos, agrupados em cinco categorias: reprodução biocomunal, autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, ecológica e política.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco, por meio do parecer consubstanciado nº 6.420.278, atendendo aos preceitos éticos estabelecidos pela Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024; regulamentada pelo Decreto nº 12.651, de 7 de outubro de 2025; e na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A observação exploratória consistiu na análise do território e da cadeia produtiva da confecção nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, incluindo visitas a fábricas, domicílios com atividades laborais e espaços institucionais vinculados à saúde. Essa etapa permitiu compreender elementos históricos e organizacionais do processo produtivo regional, caracterizado por uma estrutura heterogênea, que abrange desde unidades de base familiar inseridas no ambiente domiciliar até indústrias de maior porte, com repercussões diretas sobre as relações entre trabalho, saúde e ambiente.

Identificou-se a sobreposição entre os espaços produtivo e doméstico, com atividades de costura e acabamento realizadas em cômodos de uso familiar, geralmente em residências de pequena dimensão e com condições estruturais que potencializam a exposição ambiental, como ventilação natural inadequada e iluminação deficiente. No entorno das residências, a ausência de pavimentação das vias evidencia carências de infraestrutura básica, contribuindo para a intensificação dos processos de vulnerabilização.

Essas condições se articulam ao perfil sociodemográfico e ocupacional dos entrevistados, observa-se que 85% (n= 34) dos pesquisados são do sexo feminino, na faixa etária predominante de 35 a 54 anos, equivalente a 47,5% (n= 19). O grau de escolaridade da maioria foi o Ensino Fundamental I (1 ao 5º ano), representando 40% (n= 16); além disso, 85% (n= 34) dos entrevistados residem na zona urbana. Em relação à naturalidade, pontua-se que 75% (n= 30) dos trabalhadores são de outros municípios, incluindo cidades de outros estados brasileiros, e 67,5% (n= 34) recebem benefício do Bolsa Família, programa assistencial do Governo Federal (Tabela 1).

No que se refere à ocupação, a maioria dos profissionais são costureiras e costureiros, representando 90% (n= 36). Do total, 52,5% (n= 21) atuam na cadeia produtiva há um tempo que varia de 11 a 30 anos, e 55% (n= 22) enfrentam jornadas de trabalho de mais de 8 horas diárias. Além disso, 100% (n= 40) dos entrevistados não pagam contribuição previdenciária.

Tabela 1 – Municípios de Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Toritama (PE): Distribuição dos entrevistados quanto às variáveis sociodemográficas e ocupação, 2024

Variáveis	Frequência	
	N	%
Sexo		
Masculino	6	15
Feminino	34	85
Total	40	100
Faixa etária		
18 a 34 anos	18	45
35 a 54 anos	19	47,5
> 55 anos	3	7,5
Escolaridade		
Ensino Fundamental I (1 ao 5º ano)	16	40
Ensino Fundamental II (6 ao 9º ano)	9	22,5

Hygeia Uberlândia - MG v. 22 2026 e2233 5

Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano)	15	37,5
Zona do domicílio		
Zona urbana	34	85
Zona rural	6	15
Município de origem (nascimento)		
Santa Cruz do Capibaribe	5	12,5
Toritama	5	12,5
Outros municípios	30	75
Programas assistenciais		
Bolsa Família	27	67,5
Outros benefícios	4	10
Não recebe	9	22,5
Ocupação		
Costureiro(a)	36	90
Tirador (a) de pelo	4	10
Tempo de ocupação na atividade		
Até 10 anos	15	37,5
11 a 30 anos	21	52,5
> 30 anos	4	10
Jornada diária de trabalho		
Até 8 horas	18	45
> 8 horas	22	55
Contribuição previdenciária		
Sim	0	0
Não	40	100

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2024.

Observa-se nas representações sociais dos profissionais do Polo de Confecções do Agreste uma dinâmica de reprodução social fortemente influenciada pela alta empregabilidade e pela centralidade da produção como principal fonte de renda para esses municípios. Esse cenário, impulsionado por um espírito empreendedor e estruturado na atividade domiciliar, configura um processo produtivo complexo, permeado por diversas forças e marcado pela vulnerabilidade das relações sociais e de trabalho.

No que diz respeito à dimensão biocomunal, esta manifesta-se na forma como os membros de uma sociedade reproduzem suas condições de vida a partir de organismos sociais. Nesse sentido, foram descritas categorias que estabelecem uma relação direta com: (1) o processo de trabalho realizado e os riscos inerentes às atividades laborais; (2) o entendimento sobre qualidade de vida; e (3) a compreensão sobre a incorporação dos conceitos de saúde e doença. A estrutura produtiva domiciliar impacta diretamente os membros do convívio familiar, conforme se observa no trecho desta entrevista:

Eu tenho muito medo da minha filha, eu tenho uma filha mais velha, que ela tem muitas alergias assim, e ela não mora comigo por conta disso, ela foi morar com a vó desde novinha porque ela não podia ter acesso ao tecido, ao pelo, de jeito nenhum, e desde então, eu não moro com ela. Ela vai fazer nove anos e mora com a vó dela. Por conta do meu trabalho. No tempo eu trabalhava fora, depois fui trabalhar em casa pra tentar ficar com ela, mas ainda não deu, que ela teve alergia. Aí eu tenho medo, dessa também desenvolver, dessa mais novinha (T E2 STC).

A exposição à poeira durante o processo de confecção domiciliar representa um risco constante nesses ambientes. E o trabalhador compreende que a atividade representa riscos respiratórios não apenas à sua própria saúde, também atingindo seus familiares que convivem no mesmo espaço, como se constata nos seguintes relatos: “Ele, ele é alérgico. Aí tem sempre um paninho molhado pra não ir poeira pro quarto dele, esse pelinho das peças. É pra ir no médico ver o que ele tem, ele é fácil de pegar a pneumonia, sinusite, uma coisa assim... e é ligeiro” (T E14 STC).

Nesse contexto, também se observam riscos inerentes às atividades de trabalho, especialmente no que concerne à sobreposição entre o ambiente familiar e o local de produção. Essa proximidade, aliada à vulnerabilização presente, afeta as escolhas de trabalhadoras e trabalhadores: “Eu passei uns dois a três meses, só em hospital com ela, passava uma semana [...], foi quando o médico disse: você vai ter que escolher a saúde da sua filha ou suas peças [...]” (T E6 STC).

Ainda no contexto da exposição ao risco químico da poeira no processo de produção, os profissionais expostos também sentem o impacto direto no próprio sistema respiratório:

Tem hora que dar uma alergia aqui. Tem um pano, esse que é de lycra, que não solta tanto pelo, mas quando é daquele pano 100%, eles soltam pelo. Aí esse pelo muitas vezes a pessoa fica de vez em quando [...] eu tomo um comprimido pra alergia por causa do pelo, mas não é direto não (T E13 TOR).

Também frequentes entre as trabalhadoras e os trabalhadores estão as queixas musculoesqueléticas associadas a fatores ergonômicos, revelando diversas dificuldades e sobrecargas que podem surgir, desencadear ou se agravar no ambiente de trabalho: “*Principalmente por conta da coluna. Todos os dias [...], eu me joga aqui no chão. Tem dia que é capaz de chorar. De eu chorar aqui. Pego na menina, dois minutos no braço e dói*” (T E2 STC).

Que é muito tempo você assim [...] só nessa posição [...], isso aqui dói muito, tá muito, muito dolorido, às vezes eu não aguento, desligo a máquina e vou descansar um pouquinho, aí depois é que eu volto. Eu acho, que isso daí, piora com o tempo (T E3 STC).

Além dos riscos químico (respiratório) e ergonômico, destacam-se o ruído gerado pelas máquinas de costura como outra importante reclamação: “*É muita zoada da máquina. Bem barulhenta*” (T E7 TOR), e as alterações de temperatura (calor): “*Porque com o calor, não tem quem aguenta não*” (T E9 TOR).

Existe, portanto, uma relação entre a busca por assistência à saúde e a necessidade de acesso a serviços preparados para reconhecer a ligação direta entre a doença e o processo de trabalho. Isso implica que as políticas públicas estejam organizadas para acolher esses pacientes – costureiros(as) e tiradores de pelo: “*Eu não consigo puxar elástico não, nessa mão. Eu só num fiquei pior, porque eu consegui fazer fisioterapia lá, lá na fundação, eu consegui lá [...]*” (T E4 STC).

As relações de trabalho afetam diretamente as pessoas, caracterizando o perfil de morbidade desta atividade produtiva, com consequências que vão além da dimensão biológica, como é possível perceber nos seguintes relatos: “*Eu nunca fiz um exame não, as vezes quando trava, eu não consigo, eu fico já morrendo, não consigo nem dar um passo. Uma vez travou, eu fui pegar água na cisterna e fiquei morrendo. Sem puder me mexer (T E15 STC).* “*Aí eu fui pra o médico, aí o médico mandou fazer a tomografia. Aí eu estava com hérnia de disco e papagaio. Aí estava muito inchada. É por isso que eu estava sentindo muita dor*” (T E9 STC). Também relatado nesta fala de um dos entrevistados:

Na máquina piora porque como eu fiquei com essa parte dormente eu sinto muito choque nela. Entendeu? É dá muito choque nas minhas partes íntimas puxando pras pernas. Aí tem hora que eu nem aguento ficar assim, levanto. Em questão de saúde eu acho que piora. Mas eu não tenho opção, né? Que a pessoa vai trabalhar em casa de família é pior ainda. Que eu não aguento nem passar pano na minha própria casa direito, quanto mais na casa dos outro. Aí o único recurso que eu tenho mesmo é minha máquina pra trabalhar (T E3 STC).

As queixas de saúde vão além de problemas respiratórios e musculoesqueléticos, também incluindo questões vasculares e circulatórias:

Eu acho pra piorar. Tem tempo que eu sinto os meus pés no chão, inchando, quando eu passo muito tempo na máquina, aí quando eu não não não não passo muito tempo na máquina, eu eu percebo né, que, quando eu costuro menos, ele não incha, e quando eu costuro mais ele incha, ele fica bem grosso mesmo (T E4 STC).

A compreensão de qualidade de vida apresentada pelos trabalhadores é ampla, refletindo-se em suas falas sobre o ambiente laboral. Essas percepções englobam fatores subjetivos e objetivos, tais como aspectos emocionais, saúde física, relações sociais, condições econômicas e ambientais, além de considerar educação, trabalho, lazer, contexto cultural e de valores. Como expressa um dos entrevistados: “*Uma vida boa para mim, seria a saúde, para mim, assim [...] meu ponto de vista, eu gostaria da minha saúde. Aí sim, eu teria uma vida boa*” (T E9 STC). De maneira semelhante, outros relatos evidenciam a percepção da saúde como fundamental para a qualidade de vida:

Trabalhar menos. Porque quanto mais eu trabalho, agora que estou mais cansada, é que fica mais. Está mais ruim para mim. Trabalhasse menos ou daqui uns dias, eu tenho que inventar outra coisa, porque eu não tenho, não sei [...] Eu tenho certeza, quando eu for pro médico, para ver, o que é que está nas minhas costa (T E10 STC).

Rapaz, eu acredito que qualidade de vida é que em primeiro lugar a gente deve tá bem, consigo mesmo, né? Acho que a gente estando bem, com a gente mesmo, a

gente consegue resolver o resto. Eu acredito assim [...] acho que a melhor qualidade de vida é a gente estar bem emocionalmente, fisicamente, entendeu? Eu acredito que você estando assim, consegue resolver o resto (T E6 STC).

A percepção e a incorporação dos conceitos de saúde e doença estão diretamente relacionadas à qualidade de vida, assim como a inclusão da dimensão do trabalho, que influencia o perfil de morbidade de uma população/comunidade.

Alguns participantes definem saúde e doença como conceitos opostos, onde a presença de um implica a ausência do outro: “*Mais ou menos, né muito saudável, não [...] tenho pressão alta e colesterol [...] tomo comprimido pra pressão todo dia*” (T E15). Nessa perspectiva, destaca-se:

Já adoeci, sabe, porque houve tempo, que eu trabalhava muito, muito, muito, muito e acabava esquecendo de mim. Assim, hoje, eu acho que eu estou nesse patamar. Porém, eu adoeci, com a minha ansiedade, eu tenho ansiedade, e piorou muito. Muito por conta disso. Que, aí, eu fui fazer o tratamento, com psiquiatra. Hoje eu estou livre dos remédios, mas eu sei que eu preciso, sabe? Mas, fiz tratamento, com psiquiatra, com psicólogo, da forma que eu podia fazer, eu fiz, porque me afetou muito, afetou muito minha saúde nessa parte aí também (T E2 STC).

A dimensão biocomunal, portanto, está intrinsecamente relacionada aos aspectos econômicos e ecológicos. Por sua vez, na dimensão da autoconsciência e da conduta, observa-se a forma como indivíduos e grupos se relacionam e interagem nos níveis individual, familiar e comunitário, e como se dá a complexa dinâmica das redes e das reproduções sociais. Nesse sentido, as categorias analisadas foram organizadas da seguinte forma: (1) processo migratório, expectativas e planos futuros; (2) rotina, gestão do tempo e papel familiar; e (3) envolvimento de espaços associativos e de integração social.

A busca por melhores oportunidades econômicas, aliada à influência familiar, emerge como um fator determinante nas decisões de migrar, e esse é um discurso recorrente nos depoimentos: “*Negócio de trabalho. Criar os meninos. Depois de São Paulo, eu vi para Lagoa, mas lá não tinha serviço*” (T E12 STC). “*Pra melhorar um pouco, no sertão era só plantação, aí foi afacando e eu vim pra cá*” (T E14 TOR).

De modo igualmente recorrente, outras falas destacam a migração como uma decisão vinculada ao núcleo familiar: “*Porque quando eu vim, era criança, meus pais vieram [...]. Mas assim, a gente veio já por conta disso mesmo, que ele veio para trabalhar. Aí não tinha como a família ficar lá e ele aqui*” (T E11 TOR). Outro depoimento reforça esse sentido: “*A gente foi para morar num sítio porque eles são de lá e de lá a gente veio para aqui por conta do trabalho. É mais fácil para trabalho. A gente já morou em Santa Cruz, e depois veio pra cá*” (T E21 TOR).

O ambiente familiar favorece a iniciação do aprendizado da costura, por vezes ainda durante a infância, como relembra essa entrevistada: “*[...] mãe começou a fazer calcinha, aí aprendi a costurar. Desde nove, dez anos. E já ajudava, mãe*” (T E16 STC).

Essa transmissão de conhecimento prático que, por vezes, passa de um familiar para um membro mais novo da família (muitas vezes, criança), embora possa ter um valor cultural ou mesmo de subsistência, levanta questões importantes sobre os direitos das crianças e adolescentes.

Muito novinha, acho, eu aprendi a costurar com uns 12 anos. Mãe trabalhava para um homem. Ele, na época, ele fazia calcinha. Aí ele gostava da oportunidade quem quisesse aprender. Aí deixava. Se a pessoa quisesse aprender, podia ir. Aí eu fui. Aprendi empanando calcinha. Que é o mais básico, né? Que é fácil, é só juntando fundo [...] (TE17 STC).

Outra questão importante, presente nas entrevistas, refere-se à construção da identidade profissional desses indivíduos. Mesmo trabalhando como costureiros ou tiradores de pelo, algumas vezes esses trabalhadores se autoidentificam primeiramente como agricultores: “*Nas minhas coisa, eu boto como agricultura, né? Porque lá na frente a pessoa vai precisar né*” (T E5 TOR). Em outra fala: “*Eu queria dizer agricultora, pra ver se eu me aposento, tá entendendo? Mas, só que sou costureira, fazer o quê?*” (T E19 TOR).

As expectativas e percepções sobre o futuro também foram indagadas na pesquisa. Em muitos casos, a escolha de desempenhar atividades ligadas ao polo de confecções surge como a via mais acessível ao mercado de trabalho local, pela demasiada oferta de vagas de emprego nesses municípios, como explicitado nesta fala: “*Querendo não? Você só não trabalha aqui se não quiser, né? De tudo tem para trabalhar*” (T E22 TOR). Ou ainda nesta outra fala:

E tipo, a gente fica sempre renovando. Inovando [...]. Está vendendo, graças a Deus, nunca parou. [...] Só que a gente não tem costureira, para fazer, a gente está atrás de costureira e não consegue. Por conta que não é todo mundo que sabe trabalhar nessa área de moda praia [...] (T18 E STC).

Apesar da facilidade de empregabilidade, muitos ficam sem opção de escolha e acabam trabalhando em atividades da confecção:

Assim, eu fiz o curso de barbeiro, que justamente disse mesmo, porque no futuro, mais para frente, eu deixar essa profissão de costura, porque já faz 6 anos que eu trabalho com isso, mas eu não quero isso pra minha vida. Eu quero me dedicar mais em barbearia, que é o que eu gosto (T E13 TOR).

A rotina diária revela uma marcante divisão de papéis familiares de acordo com o gênero, um reflexo de ambientes conservadores nos quais o trabalho da mulher na confecção se mistura com as responsabilidades domésticas, abrangendo o cuidado da casa, dos filhos e do marido. Esse arranjo se alinha com práticas historicamente consolidadas, que remontam à tradição e à origem da atividade de costura nesses municípios, sempre desempenhada pelas mulheres no ambiente doméstico.

Vou logo cedo, cinco horas já tô no ar. Vamos fazer a caminhada e é coisa boa. Quando chego, arrumo os dois meninos pra escola, a outra é mais velha, já se cuida só, e coloco ele na escola, e quando é sete e meia, já estou aqui na máquina novamente. Aí, depois volta, [...] faz o almoço. Quando é onze e meia paro, faço o almoço ali. Quando é uma e meia tô voltando de novo [...] (T E5 TOR).

Bom, minha rotina é o seguinte, eu me acordo, boto café na mesa, vou tomar primeiro o café, espreguiço um pouquinho, depois se eu vê ou dependendo do horário, eu ainda faço alguma coisa. Como eu já tenho uma mocinha de 12 anos, eu já boto ela para fazer, entendeu? Me ajuda bastante. Então, se ela está varrendo uma casa, eu estou lavando os pratos. Se é pouco prato, ela vai e lava, faz os 2. Aí eu já vou, vou para a máquina. Vou adiantar meu serviço lá, quando eu vejo que ela não consegue, [...] onze e pouca para pra ir para o colégio, que ela é um pouquinho meia parada, não consegue acelerar. Aí eu vou desligar a máquina mais cedo e vou adiantar a casa, entendeu? Mas é, depois eu vou arrumar o filho, depois vai [...] (T E18 STC).

A multiplicidade de funções e responsabilidades que sobrecarrega as mulheres, somada às tradicionais atividades domésticas, é um reflexo de estruturas sociais e culturais que permanecem, por vezes, invisíveis, podendo acarretar diversos danos à saúde física e mental, bem como prejuízos à vida social e ao bem-estar dessas mulheres:

Mas aqui é perdido, a pessoa para de costurar, aí vai lavar prato, fazer uma coisa e outra. Não dá tempo, é muito corrido. E aqui em casa é o tipo aquela coisa. Tem aquela pessoa que é pra tudo? é eu. Tudo que vai resolver aqui sou eu. Se minha mãe adoecer, eu tenho que levar pro médico. Se meus filho adoecer, sou eu que tenho que levar, tudo aqui é eu, ninguém sabe andar de moto. Aí tudo que resolve sou eu, meu irmão ele é esquizofrênico, tudo que resolver dele, sou eu também. Aí às vezes, eu perco bastante tempo durante a semana (T E17 STC).

Além da sobrecarga de trabalho, muitas vezes o tempo livre e de descanso das mulheres também é voltado às tarefas domésticas: “É o dia todinho, menino, casa, não paro não [perguntada o que faz no seu dia de descanso]” (T E12 TOR). Em outra fala: “Faço café. Aí venho costurar e paro, onze horas. Fazer almoço, de 6 horas a janta. De meio do dia pego a criança, ela fica com uma caixa de brinquedo, minha mãe ajuda também. Na hora de descanso, o que faz? Lavo prato, varro casa, mulher não tem descanso não, viu?!” (T E18 TOR).

Os depoimentos revelam uma limitada capacidade de negociação e organização em todo o processo da cadeia produtiva, como expresso nessa fala direcionada para uma das partes da produção: a lavagem do jeans.

[...] Porque assim, a lavanderia é grande. As pequenas, aquelas pequenas que se chama de gangorra, as pequenininhas, que lava aqueles lavadinho mais barato, que não tem muito recurso, para fazer um lavado bom, aí elas trabalham no preço bem reduzido. Agora, na lavanderia grande que são [...] Essa lavanderia daí eles reajustaram valor [...] Eles já tem tipo assim, a mente deles, já são mais abertas do que a gente, a gente são muito travado, né? A classe que a gente trabalha assim [...] são travadas aí [...]. É, foi isso daí, que a gente relaxou (T E4 TOR).

Ainda nessa mesma entrevista: “*Se todo mundo se reunisse aí, ia fazer mais caro, ia ganhar mais. Aí [...] o povo aqui é que se prostitui. Desculpe a palavra*” (T E4 TOR).

A falta de organização associativa impacta diretamente o acesso a oportunidades e enfraquece o poder de negociação dos trabalhadores. Essa desarticulação dificulta a discussão de preços justos para seus produtos, limitando o potencial de crescimento e desenvolvimento econômico, e, como consequência, acentuando a vulnerabilidade desses indivíduos, conforme entrevista a seguir:

Não dá para ganhar mais não, porque as coisas estão aumentando. Quem paga a gente também não quer, não quer aumentar. E continua uma coisa só. Tudo assim, tudo aumenta, né? Hoje em dia, menos o salário [...]. Quando vem aumentar é a maior choradeira, e sem contar a gente pede aumento, e fica até sem as peças, porque eles se abusam e não querem mais colocar pra gente (T E5 TOR).

Assim, evidencia-se a conexão entre a reprodução da autoconsciência e da conduta e as questões econômicas que permeiam o contexto da produção flexível. No âmbito da dimensão tecnoeconômica, a exploração da mão de obra doméstica e infantil se apresenta como uma das vulnerabilidades no processo produtivo. Essa realidade se manifesta nas condições de trabalho de costureiros e tiradores de pelo – profissionais que estão na base da pirâmide produtiva –, apresentando altos índices de informalidade e precarização.

Nesse sentido, esta etapa é caracterizada em três eixos: (1) informalidade e o empreendedorismo; (2) exploração de mão de obra (altas jornadas de trabalho, pressão por produtividade e sobrecarga); e (3) condições de trabalho (acidentes de trabalho, saúde e segurança no trabalho, desigualdade salarial e insumos).

As falas a seguir exemplificam a informalidade, marcada pela fragilidade das relações de emprego e pela ausência de direitos trabalhistas e previdenciários: “*Costureira em casa, nunca fui fichada*” (T E7 STC). “*Muitas vezes eu fico pensando isso, já estou com 40 [...]. E sempre trabalhei e nunca me fichei*” (T E11 STC). Em alguns discursos, a informalidade aparece como algo normalizado: “*A cultura daqui, a gente vai pra cidades menores, as pessoas lá ganham muito pouco, parece até que a gente tá fazendo uma coisa ilegal, todo mundo tira do pouquinho que tem, e contribui, já aqui em Santa Cruz é cultura*” (T E11 STC).

Em contrapartida, a formalidade nas relações de trabalho aparece associada a uma segurança: “*Aí eu penso que [...] eu penso em pagar o INSS, a contribuição, porque como não sou fichada. Eu não tenho nenhum recurso. Deus o livre, acontece alguma coisa*” (T E8 TOR). Em outra entrevista, ao ser questionada sobre o recebimento financeiro em caso de afastamento das atividades de trabalho por doença, a resposta fez menção à perda de pagamento pelas horas/dias não trabalhados: “*Sempre, sempre quando eu me afasto me oferece ajuda. Mas sempre depois, eu tenho que repor, a ajuda que querem me oferecer, entendeu? Mas eu não recebo. De jeito nenhum, não*” (T18 E STC).

Observa-se, ainda, um falso entendimento por parte dos trabalhadores, que interpretam o pagamento obrigatório pelo empregador, durante o afastamento por doença, como uma “ajuda”, um “favor”, quando, na verdade, trata-se de um direito trabalhista. Essa visão deturpada é um reflexo da informalidade, da falta de conhecimento sobre seus direitos e superexploração da força de trabalho: “*Não, acho que foi uns dez dias só que eu fiquei em casa. Acho que foi. Mas não precisou não, meu patrão era de boa, e pagava normal. Ele era um anjo. É, ainda é*” (T E8 STC).

Quando indagada sobre a possibilidade de receber algum tipo de remuneração ou suporte financeiro de seus empregadores em caso de afastamento do trabalho durante a gravidez e o período pós-parto, uma trabalhadora respondeu:

Eu tive minha filha, eu fiquei e passei um tempo, um mês de cama, para não perder, e depois, depois que tive ela, tive que ficar de cama de novo, né? Porque eu tive cesáreo, eu não recebi, um real do meu ex patrão, porque não trabalhava fichada (T E22 TOR).

Há também uma percepção distorcida sobre o “empreender em casa”, visto por alguns como uma situação cômoda e vantajosa, que permite estar perto dos filhos, em ambiente seguro, e poder parar a atividade a qualquer momento. Ignora-se, entretanto, os impactos futuros na saúde do trabalhador e de seus familiares, assim como a insegurança financeira, comum na informalidade. Nesse contexto a desigualdade de renda se manifesta de forma evidente, com a maior lucratividade se concentrando nas mãos de poucos, enquanto a base da cadeia produtiva – costureiros e tirados de pelo – seguem sobrecarregados, mal remunerados e desvalorizados.

Como a gente trabalha em casa mesmo. Se a gente precisar sair, a gente pode. Aí, isso aqui, a gente acha bom de costurar em casa, mais por conta disso, porque quando a gente costura fora, a gente não pode, né, [...] mais a gente estando em casa [...] Mas, agora eu parei, para fazer essa entrevista, se for fora, não pode. Quando a gente trabalha, não pode estar parando assim, aí o bom de costurar em casa, é isso, se quiser ir pra Santa Cruz, pode ir, se quiser socorrer uma pessoa no hospital, pode ir. O bom é isso (T E19 TOR).

A exploração da mão de obra manifesta-se de várias maneiras, incluindo extensas jornadas de trabalho, pressão por produtividade, precificação do produto, resultando em significativa precarização da força de trabalho. Inclui-se também o trabalho infantil, descrito anteriormente na reprodução da autoconsciência e da conduta.

No Polo de Confecções, o trabalho é remunerado com base na produção de peças, ou seja, o pagamento é realizado por quantidade do produto pronto, como explica esse trabalhador: *“A gente trabalha por peça. Se é fichado, por exemplo, recebe por semana, só que é por peça [...] Se eu fizer, eu recebo. Se eu não fizer, eu não recebo [...]”* (T E19 TOR).

A precificação do trabalho varia conforme a etapa da peça realizada. Há uma grande diversidade de tarefas: alguns executam partes específicas, outros executam a peça completa, mas ainda inacabada (sem acabamento e emboço), conforme descrito pelas trabalhadoras e trabalhadores: *“Sete centavos e meio”* [empanar fundo de calcinhas] (T E9 STC). *Essa peça embutida mesmo, é três. Aí se for uma simplesinha, é um, dois reais. Varia de preço* (T E14 STC). *“Vinte e cinco centavos pra limpar”* [referente a retirar pontas de linha-acabamento] (T E6 TOR).

Há uma infinidade de atividades dentro do processo de produção de peças, seja o jeans ou a malharia, cada uma com especificidades que influenciam o valor pago pela atividade: *“Por exemplo, um vestido comprido com vários babado e vários pedaço, aqui, porque ele monta uma parte aqui, é um e dez, um e vinte e já uma calça com bolso, com punho é oitenta, noventa, vai depender, vai variar muito, entendeu?”* (T E4 STC).

Os trabalhadores são submetidos a uma carga horária que ultrapassa os limites estabelecidos pela lei, como é constado em diversas falas: *“Eu pego de sete e meia, às vezes vou até nove, nove e meia da noite”* (T E5 TOR). *“Umás doze horas, começo umas oito e termino meia noite, às vezes eu paro mais cedo”* (T E8 TOR). *“Seis, sete horas eu já tô de pé. Umás catorze, quinze horas por dia”* (T E19 TOR).

Neste relato, o trabalhador explica a diferença das horas trabalhadas para quem executa a atividade dentro dos domicílios: *“Como a gente trabalha em casa é diferente, mas um costureiro trabalha em média doze horas por dia, quem trabalha fora, a gente trabalha mais, porque fica até tarde e a gente não se preocupa se vou parar tal hora, acorda e já vem trabalhar”* (T E17 TOR).

A jornada de trabalho mais comum é de segunda a sábado, com folga aos domingos. No entanto, em função da demanda, o trabalho pode ocorrer em todos os dias da semana: *“Não, domingo não, só no sábado. Sábado também. De segunda até o sábado”* (T E7 TOR). *“Todos os dias, sábado até meio dia”* (T E9 TOR). *“Ontem foi domingo. Eu trabalhei até 7 horas da noite”* (T E13 TOR).

Observa-se uma sazonalidade, caracterizada por períodos de alta demanda, em geral próximo das festividades de fim de ano (Natal e Ano Novo), assim como durante as festas juninas, intensas em Pernambuco e em todo o Nordeste brasileiro. Nesse contexto, alguns trabalhadores relataram: *“Novembro. De novembro pra dezembro, é o mês do pico aqui em casa. Os outros meses é mais parado”* (T E3 STC). *“São João e final de ano”* (T E8 STC). *“No mês de São João, que é o mês de junho a julho, e aí depois vem para o mês de outubro, novembro, de dezembro, a gente trabalha dobrado”* (T E13 TOR).

O processo de produção, especialmente das peças jeans, envolve diversas etapas até que o produto esteja pronto para a venda ao consumidor final, tornando a jornada intensa e complexa, com impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

A cobrança dos empregadores exige dos trabalhadores um volume crescente de trabalho, com prazos de entrega curtos, demandando um desempenho ainda maior: *“Aqui você tem que dá aquela produção de todo jeito. Se não entregar ao cara, ele tira e entrega pra outro”* (T E13 TOR).

Às vezes tem cliente que chega e diz assim, tô precisando dessa mercadoria, aí ele pede com mais urgência, aí a gente dá opção a ele, aí a gente vai e atende ele, porque ainda vai para facção, da facção ainda vai entregar ao fabricante, para o

fabricante, lavar, travetar, aprontar e ir para feira. Essa aqui é a primeira etapa, chega aqui e a facção vai, trás pra gente e pega na facção pra colocar os bolsos, faz a berguilha [...] e assim vai indo (T E4 TOR).

Em relação às condições de trabalho, os acidentes durante a realização da atividade são recorrentes: “*Não, já furei o dedo. Não percebi, costurei o dedo [...] Fui para o hospital tirar os pedaços da agulha*” (T E12 STC). “*De vez em quando dá, um beliscão no dedo com a tesoura, mas é tranquilo*” (T E13 TOR). Por vezes, há necessidade de um acompanhamento especializado:

Ah, isso é normal. Só umas furadinhas, que dá pra ficar em casa. Tem coisa que dá pra ir pro hospital, mas a gente não vai não. Fica uns três dias queimando a pele, que a agulha é quente, ela fura a carne e passa uns três dias latejando [...] Não tem aquelas máquinas de botão, não tem? Tem uma que é eletrônica, você pisa e ela desce de vez. Aí, bateu no meu dedo. (T E16 TOR).

Além de ferimentos causados por instrumentos de trabalho perfurocortantes, há outras possibilidades de acidente, como exemplificado neste comentário: “*De vez em quando dá uns choque, quando eu tô de pés descalço, mais é besteira, é leve*” (T E 20 TOR).

O ambiente domiciliar favorece que outras pessoas que convivem no mesmo espaço também se acidentem: “*Minha filha já botou o dedo na máquina [...] aí fraturou a pontinha do dedo dela*” (T E17 STC). Dessa forma, vê-se que a reprodução tecnoeconômica impacta diretamente o meio ambiente e a dinâmica do processo produtivo da confecção, gerando consequências negativas para as interações biológicas e sociais, e para a saúde das pessoas – não apenas aquelas ligadas diretamente à produção.

Na dimensão ecológica, a cadeia produtiva da confecção gera impactos ambientais significativos. O consumo desenfreado de produtos impulsiona a produção contínua, afetando as condições climáticas e causando contaminação do ar, da água e do solo, com importantes custos sociais e econômicos. Nesse contexto, discute-se: (1) a qualidade do ar e (2) a geração de resíduos.

Como o ambiente de trabalho é o espaço doméstico, a qualidade do ar fica prejudicada para todos os moradores da residência, variando conforme suscetibilidades individuais. A maneira como a limpeza é realizada nesses locais é crucial para minimizar os danos dessa exposição: “*Tem que estar direto, passando um paninho molhado*” (T E1 STC). Os trabalhadores têm consciência dos riscos presentes no ambiente: “*É quente demais e quando tem aqueles ventilador, jogam muito pelo ali, interfere é nessa questão*” (T E11 TOR). Para além do risco químico da inalação da poeira, há também a questão da temperatura – o calor (risco físico) –, destacada nessa mesma fala.

A matéria-prima da confecção são os tecidos, geralmente compostos de fibras naturais ou sintéticas, que podem vir contaminadas seja pelo agrotóxico utilizado no cultivo do algodão, seja por outras substâncias químicas e até microplásticos: “*Tem um pano, esse que é de lycra, que não solta tanto pelo, mas quando é daquele pano 100%, eles soltam pelo*” (T E13 TOR).

Esses resíduos são entregues à coleta pública e destinados a aterros sanitários, muitas vezes misturados ao lixo doméstico: “*Jogo no lixo, varro e jogo tudo no lixo e o caminhão passa aqui e leva*” (T E8 STC). Em outros casos, separa-se o lixo comum dos resíduos da confecção: “*Não fica junto não. A comida a gente bota no balde, e tem uma vizinha que leva pra galinha*” (T E6 TOR). Esta fala descreve o descarte de lixo feito pela trabalhadora, que reside e trabalha na zona rural:

É descartado. A gente joga entendeu, até resto de linha, a gente joga fora [...] e muitas vezes a gente queima [...] tem uns que dá pra reciclar, entendeu? Mas eu nunca faço isso, porque não recompensa. [...] o lixo não passa todo dia [...] não pode tá deixando acumulando, por conta do pelo e eu tenho uma menina que é muito alérgica também, aí sempre tem que tá descartando e não pode deixar. [...] ela fica em outros ambientes, quando ela vai lá, eu tiro (T18 E STC).

Quando uma peça apresenta falhas, ela pode ser reutilizada de diversas formas, como vestimenta ou para outros fins. Isso reduz o volume de descarte e minimiza o impacto ambiental da produção têxtil, demonstrando consciência sobre a reutilização:

Não pode vender peça com falha. Aí eu dou um jeitinho e eles usam. É melhor do que jogar, muita gente passa pedindo, aí [...] tava fazendo essas calças, deu duas falhas, no pano mesmo, aí já tem gente que usa. Só que não pode vender, mas dá, o patrão mesmo diz: deu falha, passou alguém pedindo, pode dar. Às vezes é só uma costurinha, a emenda de um pano. Aí não pode vender, mas pra doar, e usar, usa. Ajuda, né, tem gente que colabora pra orfanato, essas coisas, pra igreja, pro

conselho [...] quando é infantil, eu tipo, deu uma falhazinha, eu ajeito para os meus menino (T E14 STC).

Fatores ecológicos e políticos estão interligados no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a esse processo de produção, dessa forma, influenciando diretamente os riscos de exposição, a morbidade das comunidades e a proteção ambiental.

A dimensão política revela como as políticas públicas se desenvolvem, interagem com diferentes setores e influenciam diretamente o desenvolvimento social da comunidade. Assim sendo, essa categoria é caracterizada pelos seguintes fatores: (1) dificuldade de acesso à saúde voltada para prevenção e proteção de trabalhadoras e trabalhadores vulneráveis aos riscos das condições de trabalho (1); e (2) falta de incentivo, necessidade de formação e capacitação profissional.

Demandas por assistência à saúde são recorrentes em qualquer comunidade. Embora as ações assistenciais sejam frequentemente mais visíveis, é importante não negligenciar a importância da prevenção e promoção da saúde. A seguir, apresentam-se falas que ilustram as dificuldades de acesso à saúde nos dois municípios estudados.

A gente reza pra não adoecer. Porque é assim, a demanda nos hospitais, nos postos de saúde são grande. E uma consulta, num particular, tá um absurdo de caro. Então, se for juntar, vai ser um atendimento melhor em particular, aí quando juntar consulta e medicação [...] aí a gente vamos pra fila de espera, do público mesmo, e a gente reze que não seja uma coisa mais grave, que dê uma medicação mais em conta (T E11 TOR).

O ortopedista passou fisioterapias, dez sessões. E pra mim poder voltar, só que eu estou esperando ser chamada pra fazer, porque cada sessão, é bem carinha da fisioterapia. Aí eu estou esperando ainda ser chamada (T E5 STC).

A saúde daqui mesmo é zero, eu acho né. A parte que eu preciso é zero. Eu mesmo tô com um negócio dela pra fazer, aí particular é 80 reais por semana e é dois mês. Aí faça dois mês na semana, quanto é que dá os dois mês? Aí é pra levar pro neuro pra ele fechar o diagnóstico, o laudo dela [...] Aí pra mim é zero (T E4 TOR).

É importante destacar que a presença do agente comunitário de saúde (ACS) e do agente de combate às endemias (ACE), que fazem parte da estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), indica a incorporação da assistência à saúde em algumas falas: “[...] passa aqui a agente de saúde, sempre passam nessa rua” (T E16 TOR). “[...] vem e bota os produtos na cisterna e pronto” (T E13 TOR). “O agente de saúde sempre passa, né? Dá um produto pra colocar na água, eles sempre passam” (T E9 TOR). Ainda nessa perspectiva da assistência de saúde, outro entrevistado destaca: “*Eu procuro saber o que vai acontecer no posto. [...] Sempre tem o encontro do hiperdia, aí eu tô lá*” (T E1 STC).

No que tange ao apoio governamental no ambiente de trabalho, é importante que os governantes não se limitem à formalização, mas também incluam o acesso à educação, saúde e assistência social. Um exemplo disso é a necessidade de suporte para trabalhadoras que também são mães: “*Eu já fui na creche ano passado e atrasado e não consegui*” (T E12 TOR). É preciso pensar políticas que integrem efetivamente as trabalhadoras e trabalhadores à cadeia produtiva de forma justa e sustentável. Algumas entrevistas relatam diversos pontos de vulnerabilidade no cotidiano desses profissionais, como a percepção de desamparo pelo poder público: “*Eu acho que não, que eles só aparece perto da política, esse ano é ano de eleição, eles começam a aparecer e passar nas portas*” (T E18 TOR). Outros entrevistados se manifestaram nesse mesmo sentido:

Não de forma direta, não. Interferir diretamente na atividade remunerada, não! interfere mais na organização, né? Às vezes, no comércio [...] a cidade depende muito da feira, do comércio, mas muitas cidades ao redor, tem o comércio geral, já aqui na região, não tem tanto, se a feira do jeans tá ruim, tá ruim pra todo mundo, conta muito a feira do jeans e a organização (T E16 TOR).

Outra demanda importante neste processo é o incentivo à capacitação, aspecto ressaltado pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores entrevistados na pesquisa:

[...] Se você liga o rádio agora, ou vai no Instagram aqui hoje, tipo assim, a comunicação mudou, né? Chega muito mais rápido. Aí você vai lá e diz assim [...] toda facção que você perguntar aqui, tá precisando de costureira, todo mundo vai dizer que precisa. Aí acho que os governantes, tem que trazer uma escola, porque emprego tem na cidade, aí o que falta é costureira. Se você tiver cem costureira hoje, tem emprego pra todas. [...] Aí muitas costureiras dizem que sabem costurar, mas não sabem colocar um bolso. [...] o que falta é isso daí, que tivesse uma

escola, para poder formar costureira, e outra também aqui é mecânico aqui na cidade, aqui tem quinze mecânico, aqui tem mais ou menos umas cinquenta mil máquinas, aí tem quinze mecânico dentro da cidade. Só na minha casa tem três, aí vamos botar, que tem cinquenta mil máquinas, tem quinze mecânico, tipo assim, eu chamo um mecânico pra consertar essa máquina em casa, né? Ele só vem amanhã (T E4 TOR).

Um dos programas assistenciais e de proteção social mais importantes no Brasil é o Bolsa Família, iniciativa do Governo Federal que visa proporcionar transferência direta de renda a famílias em situação de vulnerabilidade, desde que cumpram critérios estabelecidos para o benefício. Como já discutido, a realidade de profissionais da confecção é marcada por instabilidade econômica, precariedade de direitos e vulnerabilidade social. Nesse cenário, o programa governamental é uma importante garantia de subsistência, como demonstram estas falas: “Porque como é peça de um centavo, não dá pra sustentar uma casa, né? Aí praticamente é o Bolsa Família” (T E6 STC). “Eu tiro o Bolsa Família, mode as crianças” (T E14 STC). “Bolsa Família eu recebo depois do menino” (T E17 STC).

Eu, estou nessa profissão ainda, porque não tem outro meio, mas se tivesse outro meio, eu caia fora, porque é exaustivo, é cansativo, o dia a dia, aquilo, a mesma coisa e você vê que não tem mais aquele lucro, a pessoa não está ganha naquilo suficiente para suprir suas necessidades do dia a dia, tá entendendo, é complicado, entendeu? E a pessoa com 3 crianças, né? Aquela rendinha pequena, ajuda ainda o Bolsa Família mesmo que ajuda muito, no dia a dia (T E5 TOR).

Dessa forma, a compreensão da complexidade das representações sociais, na perspectiva integrativa de uma rede de ligações, modela as condições de vida e saúde das trabalhadoras e trabalhadores do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. O Quadro 1 representa uma síntese sistematizada da matriz da reprodução biocomunal, da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, ecológica e política, evidenciando, em cada uma, categorias e códigos de análise que ilustram a reprodução social nesse contexto.

Quadro 1 – Síntese da Matriz de Reprodução Social, 2025

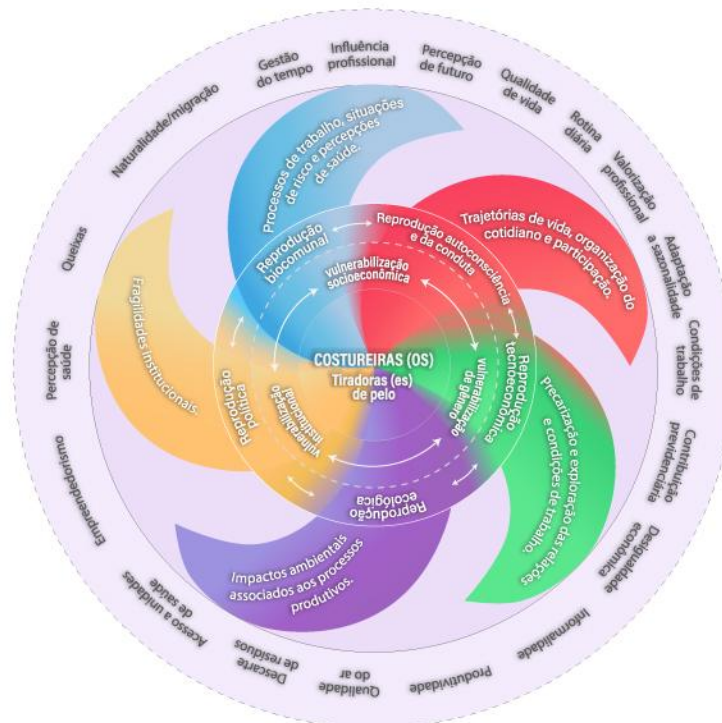
Reprodução	Categorias / códigos de análise
Reprodução biocomunal	<ul style="list-style-type: none"> (1) processo de trabalho realizado e situações de risco inerentes às atividades de trabalho; (2) qualidade de vida; (3) compreensão sobre a incorporação dos conceitos de saúde e doença. <p>Adoecimento; percepção sobre a saúde física e mental, doença, riscos ambientais; impacto da pandemia; queixas ergonômicas (musculoesqueléticas, respiratórias e outras)</p>
Reprodução da autoconsciência e da conduta	<ul style="list-style-type: none"> (1) processo migratório, expectativas e planos futuros; rotina; (2) gestão do tempo e papel familiar; (3) envolvimento de espaços associativos e de integração social. <p>Naturalidade e migração; aprendizado da costura; identidade profissional; experiência profissional e de vida; gestão do tempo; influência profissional; percepção de futuro; qualidade de vida; responsabilidades, relações familiares e com outros profissionais; rotina diária e laboral; valorização profissional.</p>
Reprodução tecnoeconômica	<ul style="list-style-type: none"> (1) informalidade e o empreendedorismo; (2) exploração de mão de obra (extensas jornadas de trabalho, pressão por produtividade e sobrecarga); (3) condições de trabalho (acidentes, saúde e segurança ocupacional, desigualdade salarial e insumos). <p>Adaptação à sazonalidade do mercado; afastamento do trabalho; condições laborais; contribuição previdenciária; desigualdade econômica; desvalorização profissional; informalidade; produtividade; produção; sobrecarga de</p>

	trabalho.
Reprodução ecológica	(1) qualidade do ar; (2) geração de resíduos. Descarte dos resíduos e qualidade do ar.
Reprodução política	(1) dificuldade de acesso à saúde voltada para prevenção e proteção de trabalhadores vulneráveis aos riscos das condições de trabalho; (2) falta de incentivo, além de necessidade de formação e capacitação profissional. Acesso às unidades de saúde; empreendedorismo e capacitação profissional; falta de incentivo; necessidade de recursos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Para uma compreensão integrada dos resultados, apresenta-se, na Figura 2, um modelo explicativo que articula saúde, trabalho e ambiente no contexto do trabalho domiciliar de costureiras(os) e tiradoras(es) de pelo no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. O esquema posiciona os trabalhadores no centro, envolvidos por processos de vulnerabilização socioeconômica, de gênero e institucional, representados de forma dinâmica e inter-relacionada. Em torno desse núcleo organizam-se as dimensões da reprodução social — biocomunal, da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, ecológica e política — cujas interações multidirecionais expressam a continuidade e a interdependência entre categorias e códigos analíticos construídos na pesquisa.

Figura 2 – Modelo explicativo das relações entre reprodução social, processos de vulnerabilização e saúde no trabalho domiciliar de costureiras(os) e tiradoras(es) de pelo do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, 2026



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Ao integrar os achados da pesquisa, o modelo possibilita compreender as determinações da saúde dos trabalhadores do Polo de Confeções, contribuindo para a identificação de pontos críticos do

processo produtivo e subsidiando o planejamento de políticas públicas e ações de vigilância em saúde.

DISCUSSÃO

A análise dos dados evidencia a complexidade das interações entre as dinâmicas do processo produtivo no polo de confeções e os modos de reprodução social das trabalhadoras e trabalhadores. Nesse sentido, a escolha da matriz de Samaja é capaz de abranger múltiplas dimensões da vida e da sociedade, assim evidenciando intersecções entre saúde, trabalho e ambiente. Os dados também revelaram os múltiplos processos de vulnerabilizações que afetam essas pessoas, considerando as perspectivas socioeconômica, de gênero e institucional, na ótica das dimensões sociais. Como apontado por Medeiros *et al.* (2022), a matriz demonstra, na prática, que saúde, trabalho e ambiente não são domínios isolados, mas pontos interligados que se manifestam principalmente em resultados sanitários.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o processo de industrialização passou por diversas transformações socioeconômicas ao longo dos séculos. Esses fatores desencadearam processos de terceirização, informalidade e subcontratações, acentuando as desigualdades econômicas, sociais e de gênero no mundo do trabalho. Conforme Lira (2011), o aglomerado produtivo do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco passou por modificações históricas significativas em seus espaços, impulsionadas pela lógica do capital. Uma característica marcante desse processo é a flexibilização das atividades produtivas, fortemente demarcada por uma divisão socioterritorial do trabalho.

Portanto, deve-se considerar que as dimensões da reprodução social não se apresentam de forma isolada, mas interdependentes. Essa compreensão integrada é importante para analisar como a sociedade se organiza e se transforma, revelando a complexidade das interações sociais. Os achados deste estudo corroboram com pesquisas anteriores que se debruçaram sobre o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, apontando um modelo neoliberal, caracterizado por diversas exposições e situações de vulnerabilização (Santos; Carneiro; Augusto, 2009; Lira, 2011; Sá, 2018).

Nesse contexto, a reprodução biocomunal baseia-se no processo de trabalho que é realizado em situações de vulnerabilização inerentes às atividades laborais. Essas condições vão além da vida familiar e comunitária, impactando diretamente na forma como os trabalhadores percebem sua saúde e constroem sentidos sobre o trabalho, nesse caso, com diversas fragilidades, entendendo que os processos sociais produzem processos biológicos.

Com base na visão de Samaja (2000), no que concerne à reprodução biocomunal, a sociedade deve ser compreendida como um organismo vivo que se reproduz continuamente no dia a dia, e isso implica que sua estrutura e funcionamento sejam mantidas através de complexas redes de interação entre seus membros. Essa abordagem destaca que a vida social não é estática, mas um processo dinâmico e interativo, corroborando, dessa forma, com os achados desta pesquisa.

Problemas e queixas de saúde são temas recorrentes nos relatos dos trabalhadores, e seus efeitos se estendem além da vida individual, afetando também as famílias e o ambiente social. Apesar disso, muitas vezes os indivíduos não demonstram uma compreensão nítida sobre a relação direta entre essas questões de saúde e o processo de trabalho. Conforme demonstrado por Santos, Carneiro e Augusto (2009), a elevada exposição a agentes ambientais e outros fatores estruturais, como condições de habitação insuficiente e infraestrutura urbana precária, são achados relevantes. Nesse cenário, é previsível que haja agravos à saúde dos trabalhadores da confecção, constantemente expostos à poeira dos tecidos, ao calor, ao estresse, aos movimentos repetitivos, ao ritmo de produção e ao uso de equipamentos não adequados.

Observa-se que tais condições se articulam à dimensão da autoconsciência e da conduta, pois os trabalhadores reinterpretam essas experiências a partir de representações sociais de saúde e trabalho, muitas vezes naturalizando o adoecimento como parte inevitável do esforço produtivo.

A sobreposição entre cuidado doméstico e atividade produtiva evidencia não apenas vulnerabilidades físicas, mas também processos de subjetivação que se expressam na dimensão da reprodução da autoconsciência e da conduta. Além das questões institucionais, destaca-se fortemente a questão de gênero. Os relatos das trabalhadoras revelam a naturalização da precariedade do dia a dia do trabalho, o que evidencia a legitimidade do trabalho domiciliar como extensão das responsabilidades das mulheres. Corroboramos com o estudo de Kabir, Maple e Fatema (2018), que explica que há uma vulnerabilidade de gênero intrínseca ao trabalho da confecção desde a sua origem, impulsionada pela forte presença feminina nesses espaços. A situação é agravada por uma combinação de condições

de trabalho inseguras, crenças culturais enraizadas e ausência de políticas públicas de proteção. Tais fatores convergem para a consolidação de um ambiente de dependência do trabalho precário, com sérias consequências para a saúde das trabalhadoras e instabilidade econômica continuada.

Apesar de desempenharem funções semelhantes às dos homens, as mulheres recebem, em geral, salários mais baixos (Brown, 2021). Essa desigualdade é intensificada pelo temor de demissão, que impede muitas trabalhadoras de reivindicar melhores condições de trabalho, promovendo uma cultura de silêncio que perpetua a exploração (Basirulla; Tasnim; Mahmud, 2024). O estudo de Lira, Gurgel e Amaral (2020) sobre o trabalho precário na confecção revela que as mulheres enfrentam um acúmulo de tarefas, sendo obrigadas a conciliar o processo da confecção com as tarefas domésticas diárias, sobrecarga que as afeta de um modo particular, impactando em sua saúde e bem-estar.

No trabalho de confecção domiciliar, as tarefas domésticas e profissionais se entrelaçam, tornando o domicílio um espaço de transição constante. Essa ausência de limites entre a produção, o descanso e a vida familiar impõem às mulheres riscos consideráveis, contribuindo para o esgotamento físico e mental ou intensificando condições preexistentes (Nafe, 2024). Assim, a mulher – mãe, dona de casa e costureira – acumula todas essas funções, além de, por vezes, possuir uma estrutura familiar que a empurra para o trabalho informal. O resultado disso são jornadas exaustivas de trabalho e ausência de tempo para o descanso necessário (Sá, 2018).

Historicamente, o desenvolvimento do arranjo produtivo local da confecção no Agreste de Pernambuco teve início com a forte presença da mão de obra feminina. Era delas a tarefa da costura, realizada nos cômodos de suas próprias casas, que funcionavam como ambientes de produção. Aos homens, cabia a comercialização das peças nas feiras regionais (Lira, 2011; Sá, 2018). Ainda hoje a presença das mulheres na produção da costura continua forte na região, destacando-se que, em sua maioria, as mulheres aprendem o ofício com suas mães, muitas vezes ainda na infância, criando, assim, um ciclo contínuo e tradicional do comando familiar.

A invisibilidade feminina nas atividades da confecção é reforçada pela ausência de políticas públicas e de direitos trabalhistas, refletindo diretamente na precarização do trabalho e na exploração. Como apontam Lira, Gurgel e Amaral (2020), a superexploração da força de trabalho na confecção se expressa na intensificação e prolongamento das jornadas de trabalho, nas condições precárias, na flexibilização das relações trabalhistas, na alta taxa de informalidade e na baixa remuneração, além da maior exposição a riscos ocupacionais.

As noções de saúde e trabalho expressas pelas trabalhadoras e trabalhadores são fortemente influenciadas pelas limitações econômicas e pela lógica de produção do setor. Isso significa que as estratégias individuais e coletivas para lidar com esses desafios são moldadas pelas restrições da precariedade econômica.

No que concerne à reprodução tecnoeconômica, as entrevistas evidenciaram a alta prevalência da informalidade, subcontratações, remuneração instável, ausência de contratos formais e jornadas extensas de trabalho, compondo um grave cenário de insegurança e revelando a vulnerabilização em seu contexto produtivo. Conforme apontam Biswas e Nautiyal (2023) e Raghav e Padmavathi (2024), foi possível compreender que a vulnerabilidade socioeconômica está diretamente ligada a estruturas político-econômicas complexas.

Nesta pesquisa, a precarização e o processo de vulnerabilização são apresentadas nas diversas dimensões sociais. Costa (2024) ressalta que a superexploração da força de trabalho e a precarização que leva à escravidão contemporânea impõem grandes desafios à classe trabalhadora. A proteção social, nesse contexto, pode ser alcançada através da organização e da luta dos próprios trabalhadores.

Para que as políticas públicas de saúde do trabalhador alcancem sua efetividade, é fundamental que operem de forma integrada e participativa. A sociedade civil, incluindo os próprios trabalhadores e suas representações, deve ser ativamente envolvida nos processos de tomada de decisão. No entanto, como assinalam Santos Júnior, Almeida e Fischer (2025), esse segmento tem sido tradicionalmente excluído desse processo. Nesse sentido, observou-se na pesquisa um baixo envolvimento das trabalhadoras e trabalhadores com organizações de classe, controle social e outras formas de participação capazes de influenciar decisões e escolhas.

Essas condições repercutem diretamente na dimensão ecológica, uma vez que o modelo produtivo domiciliar limita a adoção de práticas sustentáveis, resultando em acúmulo de resíduos têxteis e no uso de insumos que comprometem o ambiente doméstico e comunitário.

No âmbito da reprodução ecológica, a ausência de políticas públicas eficazes para a gestão ambiental no processo de produção da confecção torna praticamente invisíveis os impactos ambientais na saúde coletiva. As vulnerabilizações ambientais encontradas nesse setor reforçam a urgência de uma regulação política mais abrangente, que considere não apenas os riscos ambientais, mas também as condições sociais dos trabalhadores.

Há uma relação direta entre os impactos ambientais e a produção industrial da confecção, a segunda mais poluente do mundo, causadora de inúmeros danos ambientais – seja pelo consumo de recursos naturais ou pela emissão de poluentes (Masiero, 2020). Esse quadro remete à dimensão política, pois a gestão ambiental insuficiente do setor reflete a ausência de políticas públicas integradas que considerem os efeitos socioambientais da cadeia produtiva.

Na reprodução política, ações diretas relacionadas ao acolhimento do trabalhador – seja em ações de prevenção e promoção à saúde, de vigilância ou alta complexidade – mostram-se insuficientes, sobretudo diante das dificuldades de estabelecer o nexo causal entre o trabalho e o processo de adoecimento. Entende-se que as unidades de saúde e os profissionais da área deveriam estar aptos a receber esse indivíduo como um trabalhador, compreendendo que ele exerce atividades que levam a adoecimentos específicos. Para Lira (2011), a falta de coordenação entre os setores governamentais, no âmbito do setor de confecção, leva à redução da capacidade de inserção da saúde do trabalhador na formulação de políticas públicas eficazes. Os órgãos fiscalizadores – como os vinculados aos Ministérios do Trabalho, Previdência e Saúde – são pouco integrados, dificultando a implementação de ações articuladas. Nessa arquitetura complexa, a fragilidade da dimensão política funciona como um eixo transversal, agravando vulnerabilizações já presentes nas demais dimensões da reprodução social.

Em um estudo recente, Cavinatto *et al.* (2025) destacaram as fragilidades que afetam as ações de saúde do trabalhador no Brasil. A pesquisa aponta para a escassez de estratégias concretas e a falta de articulação intrasetorial, especialmente entre os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), que operam de forma limitada, e as Vigilâncias em Saúde.

As análises feitas nesta pesquisa revelam algumas lacunas, entre elas aprofundar a análise sobre a estrutura governamental e incluir dados quantitativos mensuráveis para complementar os achados. As constatações não esgotam as complexas questões envolvendo saúde, trabalho e ambiente, pelo contrário, reforçam a urgência de políticas públicas intersetoriais que conectem essas três dimensões às questões sociais, superando uma visão fragmentada. Nessa perspectiva, a matriz de reprodução social se mostrou uma ferramenta analítica efetiva para desvendar as complexidades do trabalho domiciliar da confecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a atividade produtiva da confecção e as condições de vida, evidenciada nesta pesquisa, configura um objeto de estudo complexo. Nesse sentido, a categoria de reprodução social constituiu um instrumento metodológico fundamental para compreender o fenômeno investigado, superando modelos reducionistas, permitindo analisar os eventos em suas múltiplas dimensões.

O estudo demonstrou que as trabalhadoras e trabalhadores domiciliares do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco enfrentam vulnerabilizações múltiplas e interdependentes, compreendidas a partir do enfoque da reprodução social. Na dimensão biocomunal, destacam-se as condições inadequadas da atividade produtiva, que impactam tanto a qualidade de vida quanto o desempenho do trabalho. Quanto à autoconsciência e conduta, ressaltam-se os efeitos subjetivos do acúmulo de funções produtivas e reprodutivas, especialmente entre as mulheres. Na esfera tecnoeconômica, por sua vez, sobressaem a superexploração laboral, a informalidade e a ausência de garantias trabalhistas. Já a dimensão ecológica evidencia os impactos da precarização na gestão de resíduos e na qualidade do ar no ambiente domiciliar, enquanto a esfera política aponta para a fragilidade das políticas públicas perante as desigualdades estruturais existentes.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A análise das experiências dos participantes está sujeita a variações inerentes ao caráter subjetivo dos relatos. Nesse sentido, os dados obtidos por meio de entrevistas podem estar suscetíveis a vieses individuais, ainda que os procedimentos de coleta tenham sido conduzidos de forma sistemática e rigorosa.

Os resultados confirmam que a reprodução social da saúde, nesse contexto, é atravessada pela precariedade e pela naturalização da exploração laboral, constituindo um quadro de iniquidades

persistentes. O estudo pretende oferecer subsídios para o fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador e para a formulação de políticas locais de governança orientadas por determinações sociais e ambientais. Por fim, este estudo não esgota as questões que envolvem saúde, trabalho e ambiente no contexto da confecção, recomendando-se, portanto, o aprofundamento de investigações futuras que articulem diferentes abordagens metodológicas e que ampliem a análise para outros territórios produtivos.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido, às Secretarias Municipais de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe e de Toritama pelo suporte e colaboração durante a realização desta pesquisa, e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) pelo incentivo institucional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ATLAS.ti DESKTOP. Versão 25.0.1.32924. Berlim: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2024.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Impactos da nocividade ambiental para a saúde – a necessidade da abordagem ecossistêmica em saúde. In: AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; BELTRÃO, Alexandre Barbosa (org.). **Atenção primária à saúde: ambiente, território, integralidade, saúde ambiental infantil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 163-171.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; SANTOS, Solange Laurentino dos; MEDEIROS, Marcílio Sandro de; COSTA, André Monteiro. Modelos ecossistêmicos para estudos de saúde e ambiente. In: FRANCO NETTO, Guilherme; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli (org.). **Ambiente, saúde, sustentabilidade: fundamentos, bases científicas e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Hucitec Editora, 2024. p. 247-254.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASIRULLA, Md.; TASNIM, Farhat; MAHMUD, M. S. Female garment workers in Bangladesh facing human rights violation; a search to find the root causes. **Cosmopolitan Civil Societies: an Interdisciplinary Journal**, v. 16, n. 3, p. 85-103, 2024. <https://doi.org/10.5130/ccs.v16.i3.9089>.

BISWAS, Sneha; NAUTIYAL, Sunil. A review of socio-economic vulnerability: the emergence of its theoretical concepts, models and methodologies. **Natural Hazards Research**, v. 3, n. 3, p. 563-571, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.nhres.2023.05.005>

BROWN, Garrett. Women garment workers face huge inequities in global supply chain factories made worse by COVID-19. **New Solutions: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 31, n. 2, p. 113-124, 2021. <https://doi.org/10.1177/10482911211011605>

BURDORF, Alex; FERNANDES, Rita C. P.; ROBROEK, Suzan J. W. Health and inclusive labour force participation. **The Lancet**, v. 402, n. 10410, p. 1382-1392, 2023. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00868-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00868-1)

CARREGOSA, Elenice Almeida; SILVA, Sandra Lúcia da Cunha e; KUNHAVALIK, José Pedro. Sociedade, natureza e desenvolvimento: uma relação em construção. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 10, n. 18, p. 3986-4004, 2014. Disponível em: www.conhecer.org.br/enciclop/2014a/MULTIDISCIPLINAR/sociedade.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

CAVINATTO, Thaina Josiane *et al.* Fragilidades e estratégias para fortalecimento das ações em Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde: percepções de trabalhadores de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 50, e12, 2025. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15923pt2025v50e12>

COSTA, Jessica dos Santos. A superexploração da força de trabalho no Brasil: da precarização à escravidão contemporânea. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 3, p. e-6628384, 2024. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.384>

FOSTER, John Bellamy. **Marx's ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

FOSTER, John Bellamy. The ecology of Marxian political economy. **Monthly Review**, v. 63, n. 4, Sept. 2011. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2011/09/01/the-ecology-of-marxian-political-economy/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE. População Santa Cruz do Capibaribe. In: IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/panorama>. Acesso em: 13 set. 2021.

IBGE. População Toritama. In: IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>. Acesso em: 13 set. 2021.

KABIR, Humayun; MAPLE, Myfanwy; FATEMA, Syadani Riyad. Vulnerabilities of women workers in the readymade garment sector of Bangladesh: a case study of Rana Plaza. **Journal of International Women's Studies**, v. 19, n. 6, p. 224-235, 2018. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2068&context=jjws>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LIMA, Flávio. Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção. **Geosp**, São Paulo, v. 28, n. 2, e195501, 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2024.195501pt>

LIRA, Sonia Maria de. **Muito além das feiras da sulanca**: a produção de confecção no Agreste/PE. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AMARAL, Angela Santana do. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300106, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300106>

MASIERO, Maíra. Covid-19 e meio ambiente: impacto ambiental e social dos tecidos. **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu**. Botucatu, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.hcfmb.unesp.br/covid-19-e-meio-ambiente-impacto-ambiental-e-social-dos-tecidos/>. Acesso em: 13 set. 2021.

MEDEIROS, Marcílio Sandro de *et al.* A Reprodução Social como perspectiva metodológica para análise contextualizada das condições de vida e de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 10, e00150320, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9hMRyYXRRqGJrf4HGSJSzPg/?lang=pt>. Acesso: 24 ago. 2025.

MENDES, René. **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, 2013.

NAFE, Sarah Farid. **Entre o doméstico e o industrial**: relações informais de trabalho e gênero na produção têxtil em Goiânia no ano de 2024. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/52332>. Acesso em: 30 set. 2025.

RAGHAV, S. Venkat; PADMAVATHI, S. M. The role of socioeconomic factors in shaping health outcomes among vulnerable populations. **South Eastern European Journal of Public Health**, v. 15, p. 1422-1432, 2024. <https://doi.org/10.70135/seejph.vi.2086>

RATTNER, Henrique. Trabalho, meio ambiente e saúde: uma introdução ao estudo interdisciplinar. In: AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva (org.). **Saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento humano local**: ensaios em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 109-116.

SÁ, Márcio. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios do Agreste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2018.

SAMAJA, Juan. **A reprodução social e a saúde**: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das relações entre saúde e condições de vida. Salvador: Editora Casa da Qualidade, 2000.

SAMAJA, Juan. **Epistemología y metodología**: elementos para una teoría de la investigación científica. 3ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2016.

SANTOS, Francisco; CARNEIRO, Rosa; AUGUSTO, Lia. A saúde do trabalhador no Polo de Confecções. In: AUGUSTO, Lia Giraldo (org.). **Saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento humano local**: ensaios em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 193-218.

SANTOS JÚNIOR, Cláudio José dos; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de; FISCHER, Frida Marina. Public policies for occupational safety and health in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, e14452023, 2025. <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.14452023>

SILPASUWAN, Pimpan. *et al.* Cotton dust exposure and resulting respiratory disorders among home-based garment workers. **Workplace Health & Safety**, v. 64, n. 3, p. 95-102, 2016. <https://doi.org/10.1177/2165079915607495>